



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	12685/2024
Data do Início	24/05/2024
Folha	40
Rubrica	

Maricá, 19 de junho de 2024

Processo nº 12685/2024

Trata-se de impugnação procedida em relação ao edital de pregão presencial nº 07/2024-SRP, sendo alegadas matérias atinentes à expertise da Secretaria Requisitante.

Nesta ocasião, o feito fora submetido a esta Especializada para emissão de parecer no tocante à aduzida impugnação. Todavia, verifica-se que a Secretaria de Educação já realizou a sua decisão, embasado pela manifestação expressa de agente público desta municipalidade, com fundamentos de cunho técnico inerentes ao objeto os quais ultrapassam a verificação estritamente jurídica.

A esse respeito, fora ainda observado que o órgão consulente procedeu a alterações no instrumento convocatório, de modo a acatar dadas alegações do impugnante.

Por cautela, **informe-se que a indicação de marcas ou modelos é medida absolutamente excepcional**, a ser realizada de modo formalmente justificado e admitido apenas em decorrência da necessidade de padronização do objeto; da necessidade de manter a compatibilidade com plataformas e padrões já adotados pela Administração; quando determinada marca ou modelo comercializados por mais de um fornecedor forem os únicos capazes de atender às necessidades do contratante; quando a descrição do objeto a ser licitado puder ser mais bem compreendida pela identificação de determinada marca ou determinado modelo aptos a servir apenas como referência. Nesse sentido, o Tribunal de Contas da União ressalta que “a indicação de marca no edital deve estar amparada em razões de ordem técnica, de forma motivada e documentada, que demonstrem ser aquela marca específica a única capaz de satisfazer o interesse público” Acórdão 2829/2015-TCU-Plenário).

Sugerimos ainda que sejam devidamente suprimidas exigências que restinjam o mercado, e sobretudo impeçam a participação de competidores nacionais, bem como certificados devidamente reconhecidos pelo INMETRO, salvo justificativa técnica e devidamente plausível para tal desiderato, o que deve ser sensivelmente ponderado e arrazoado. Do mesmo modo, o órgão deve compatibilizar o instrumento editalício aos aspectos elucidados nos precedentes do Tribunal de Contas da União e do



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	12685/2024
Data do Início	24/05/2024
Folha	41
Rubrica	

Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro elucidados em fls. 11 a 16. A esse respeito, reafirme-se que somente serão admitidas em licitação exigências essenciais a assegurar o pleno atendimento da necessidade da Administração, com vistas a evitar restrições indevidas à competitividade (art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal).

No que se refere à legislação de referência para a licitação em comento, alerte-se que tal aspecto já foi objeto de específica indagação por esta Procuradoria quando da análise do processo licitatório (Parecer GPG nº 263/PGM/2024 – fls. 483 a 505). Consoante Acórdão 507/2023 do Tribunal de Contas da União, a menção constante no artigo 191 da Lei 14.133/21, referente a optar por licitar ou contratar de acordo com a aludida legislação ou mediante as Leis nº 8.666/93, 10.520/02 e 12.462/11 se afigura como a fase preparatória para a respectiva licitação. Tal aspecto resta por normatizado em âmbito local no artigo 3º do Decreto Municipal nº 1.206/2023.

Em que pese o exposto, com vistas a evitar a eternização de processos embasados pela pretérita legislação, reiteramos o exposto em fl. 484 do Parecer GPG nº 263/PGM/2024, a fim de que o órgão consulente pondere a continuidade do feito, haja vista o dilargado período em que fora revogada a lei 8.666/93 (art. 193, II, lei 14.133/21), ainda que se vislumbre a opção por licitar com base na lei pretérita, nos termos do Acórdão 507/2023 – TCU)

Reitere-se – à exaustão – que incumbe à Procuradoria Geral do Município o pronunciamento jurídico e a supervisão dos serviços jurídicos da administração direta e indireta no Município de Maricá, conforme aduzido pelo artigo 142 da Lei Orgânica do Município de Maricá, de modo que o seu parecer é orientador e opinativo com vistas a subsidiar a decisão do gestor, o que – nesse caso – já restou por evidenciado no curso do parecer que procedeu a análise do instrumento convocatório, o qual nos reportamos.

À Secretaria de Educação,

**FABRÍCIO MONTEIRO PORTO**  
Procurador-Geral do Município